

UM NOVO SENTIDO PARA O TRABALHO: O SOCIALISMO CHILENO NO COTIDIANO DA CLASSE TRABALHADORA (1970-1973)

Marcia Cury¹

Inserido no quadro de pesquisas mais recentes, que apresentam uma nova tendência analítica voltada para as manifestações da classe trabalhadora chilena durante o governo da Unidade Popular, o presente artigo busca realizar uma análise que valoriza as experiências na atuação cotidiana da classe trabalhadora chilena durante aquele processo. A problemática da ação popular e a sua articulação com o projeto socialista ainda não foram aspectos suficientemente abordados na bibliografia acerca do socialismo chileno.² Num campo ainda mais restrito, os movimentos de trabalhadores situados fora dos cenários políticos tradicionais ou do movimento operário organizado, só marginalmente foram considerados, e somente agora estão sendo retomados pela historiografia.

Entre os pesquisadores chilenos, há um importante “movimento” de retomada dos temas sociais na historiografia do país após a tentativa de silenciamento imposta pelo regime militar. Os novos trabalhos voltados para uma história social e política trazem análises dos diferentes movimentos populares desde as suas origens, ampliando as análises para além de um movimento operário estrito, mas sem negligenciar a história partidária e a vinculação dos movimentos populares com a esquerda nacional, de forma a resgatar a dimensão política das identidades populares.³

O presente artigo se fundamenta, portanto, na linha teórica que privilegia a própria ação dos trabalhadores, motivada e influenciada por suas experiências, e a partir de suas vivências no interior de uma sociedade. Assim, o intuito é colaborar com uma interpretação do processo da Unidade Popular com uma visão ‘de baixo’, ou seja, que mostre como se deu a participação popular a partir da sua lógica de ação política e dos seus próprios termos, a partir de como os indivíduos agiram e não com uma percepção acerca da classe trabalhadora como uma estrutura rígida.

Por outro lado, especialmente no Chile, onde a identidade de classe e a identidade política estiveram historicamente atreladas, não se pode desconsiderar a arena política “formal”, para ver como os trabalhadores expressaram suas esperanças.⁴ Por isso, torna-se relevante aprofundar a análise da participação da classe trabalhadora no transcurso do processo de governo da Unidade Popular, atentando para a intersecção das suas manifestações com as ações e os discursos político-ideológicos da esquerda chilena, que estão presentes nas ações operárias desde o início do século XX.⁵

Os discursos proferidos pelos trabalhadores, a linguagem utilizada, especialmente para se diferenciar dos seus opositores; as *tomas*, que eram os atos de ocupação de fábricas, propriedades públicas e privadas, terrenos urbanos e rurais, sem se importarem se isso convinha à racionalidade do projeto governamental, expressam este sentimento de identidade coletiva em defesa dos seus anseios e contra interesses antagônicos. É no meio dessa experiência vivida que toma forma a consciência social e, com ela, a “*disposição de agir como classe*”. Estes aspectos se inserem nas experiências da classe trabalhadora chilena no cotidiano, no trabalho, nas suas entidades que servem para apreender os elementos que conformaram a sua identidade e as suas motivações políticas.

As formas de representação e de organização dos trabalhadores chilenos adquiriram uma grande complexidade ao longo dos séculos XIX e XX, especialmente no que diz respeito às suas relações com os partidos e com o Estado em diferentes governos. Mas, estas foram assumindo uma caracterís-

tica que seria predominante, que foi a crescente inserção nas lutas em nível institucional, especialmente a partir do governo da Frente Popular (1938), quando instaurou-se no campo institucional, através das suas diversas representações sociais, as manifestações do conflito social.⁶

A trajetória da classe trabalhadora e da esquerda partidária se constituiu por um compartilhamento de projetos políticos e uma tradicional interação.⁷ Estes projetos se traduziam em ideias gerais de lutas pelo reconhecimento de direitos e pela melhoria das condições de vida e de trabalho, pela valorização dos trabalhadores, pela conquista de espaços de atuação, e, por fim, pela ideia de construção de um novo Chile, pautado na igualdade e no fim da exploração.

Com esta forte tradição de organização e de lutas dos trabalhadores, bem como da relação entre movimentos de base e partidos, é possível afirmar que havia um histórico compartilhamento de projetos entre a esquerda e a classe trabalhadora. A maneira como os trabalhadores pensaram as propostas do governo da Unidade Popular e as articularam com as suas formas de organização e de atuação cotidiana esteve fortemente marcada pelas experiências que constituíram aquela classe.

Assim, busca-se demonstrar no presente artigo, a forma com que os trabalhadores vivenciaram a construção do socialismo no cotidiano de trabalho e nos seus conflitos. A principal hipótese sustentada é a de que os trabalhadores, a partir do compartilhamento do projeto político da esquerda, somado aos elementos das suas experiências, reapropriaram-se da proposta da Unidade Popular, mobilizando-se a partir da sua própria lógica de ação, uma lógica mais conflitiva e mais radical. A proposta é compreender os trabalhadores como sujeitos históricos, considerando a complexidade presente na sua interação com a esquerda, que foi caracterizada tanto pelo consenso como por tensões, e não por subordinação ao Estado e às suas vanguardas partidárias.

Para realizar este trabalho adotei o cruzamento de diferentes fontes, recorrendo àquelas que melhor nos aproximariam do pensamento, da fala, das relações e ações daqueles sujeitos, que nos permitisse mergulhar na dinâmica social no seu cotidiano.

As fontes escritas incluem jornais, como os periódicos de clara posição de oposição ao governo, assim como os periódicos de posição governista, como *El Siglo*, *La Nación* e *Clarín*. Estes jornais trazem em suas páginas ações governamentais, reportagens sobre atos sociais e disputas institucionais e opiniões sobre o processo. Além disso, o semanal *Chile Hoy* é uma importante fonte de análise das opiniões dos trabalhadores, por meio de entrevistas e cartas publicadas, de artigos e debates sobre a participação popular.

As ações dos movimentos sociais, sindicatos e demais organizações dos trabalhadores são analisadas nos panfletos circulares nas empresas, como *Combate*, *Hombre Nuevo*, *Crea* e *Pizarreño*. Os panfletos de divulgação das ações dos Cordões Industriais, como *Tarea Urgente* e *Trincheira*, que foi o meio de divulgação da ala sindical do PS, *El Rebelde*, semanário publicado pelo MIR e *Revista Mayoría*, governista; e o periódico da CUT.

Documentos presentes no Ministério do Trabalho, especialmente os registros de conflitos trabalhistas, constituem uma rica fonte para a aproximação ao cotidiano de trabalho, antes e durante o período da Unidade Popular. Por meio deles foi possível apreender muitos elementos da vivência e reapropriação do projeto socialista no cotidiano das relações de trabalho e da prática política dos trabalhadores. Analisamos registros dos processos referentes a greves, piquetes e ocupações de fábrica, registros de conflitos entre os trabalhadores, entre operários e chefes, a solicitação de intervenção estatal ou a substituição dos interventores nas empresas. Por fim, recorri também às fontes orais. Este foi, sem dúvida, o maior desafio da pesquisa. Mas, o reconhecimento dos riscos que implica o trabalho com as fontes orais nos levou a propor a sua problematização com as outras fontes e, especialmente, com relatos da época.

Buscarei demonstrar que os trabalhadores pensaram as propostas do governo e as articularam com as suas formas de organização e de atuação de maneira fortemente marcada por suas experiências. Tais experiências permitiram que eles se tornassem portadores de ideias que expressavam o desejo de “tornar o Chile uma sociedade mais justa”, mobilizando para isso todos os elementos que eram parte do seu repertório de lutas, que congregava o diálogo e também o enfrentamento com as instituições.

Unidade Popular: da participação proposta à participação vivida

Baseada numa plataforma nacionalista e anti-imperialista, visando obter o apoio de amplos setores sociais, a campanha e os rumos da Unidade Popular assumiram contornos diferentes, característicos da sua principal base, a classe trabalhadora. Uma classe forjada ao longo de experiências de décadas e processos como a migração, a industrialização e a sua inserção nas cidades.

Um amálgama bastante heterogêneo conformado por uma velha classe operária advinda das minas e parte da recente industrialização, e que vivenciou a experiência da Frente Popular como um marco na sua formação política; pelas novas gerações, filhas daqueles operários, mais jovem, mais urbana,

que teve mais acesso à educação formal e que aprendeu muito da consciência de classe de seus pais, na cultura e nas lutas dos bairros populares, com a velha, a nova classe e com a presença partidária; além destes, encontravam-se os migrantes rurais.⁸

O programa da Unidade Popular visava implementar o projeto de socialismo para os problemas nacionais em propostas concretas, combatendo a dependência econômica com uma ampliação do controle estatal, com a recuperação das principais riquezas nacionais que se encontravam sob controle estrangeiro, através da nacionalização. A exemplo da aquisição das minas de cobre chilenas efetuadas no governo democrata cristão de Eduardo Frei, a mineração de ferro, salitre e carvão também passaria para o controle governamental.

No programa da UP, o Estado estava posto no centro do processo de transformação, com a noção vaga de Estado justo ou popular. E a constituição do poder popular tinha assim duas linhas. A “política”, que pressupunha a transformação das instituições com a sua maior democratização, com a constituição da Assembleia do Povo, transformação que exigiria maioria absoluta no Parlamento, e que a UP jamais obteve. E apesar da possibilidade de usar um *referendum* para realizar as transformações, a Assembleia do Povo manteve-se palavra morta até o Golpe de Estado. Além do Congresso e da maioria dos tribunais, organismos como a Controladoria Geral, encarnavam a hostilidade do aparelho de Estado a toda transformação social e seu caráter de classe.⁹

E a proposta “sócio-econômica” visava a constituição de uma nova estrutura produtiva colocada a serviço das grandes maiorias do país, o “aprofundamento da democracia e do direito dos trabalhadores”, que correspondia às liberdades sindicais e ao direito de participação desses organismos em diferentes níveis do aparelho estatal.

O que se observa é que o tema da democratização econômica se relacionava mais ao aumento da renda dos mais pobres, enquanto que a questão da incorporação das classes populares à administração direta da economia, na forma de controle operário, é quase ausente, voltado à participação no funcionamento das empresas nacionalizadas, e principalmente à participação da CUT nos centros de poder.

Neste âmbito, o programa visava separar setores da economia em áreas de gestão diferenciada em: Área de Propriedade Social (APS), que seria controlada pelo Estado, e incluiria setores da grande mineração, os monopólios industriais estratégicos, o comércio exterior, os bancos e as grandes empresas dos setores-chave de distribuição, energia e transporte.

A ideia inicial da UP foi criar um Setor Social da economia, constituído por 150 das maiores empresas da mineração e da indústria, as maiores

empresas de distribuição, todo o setor financeiro, cerca de 80% do ramo de exportações, 60% das importações, parte da indústria de comunicações e todas as propriedades de mais de 80 hectares. Ou seja, aquelas atividades que condicionavam o desenvolvimento econômico e social do país, tais como a produção e distribuição da energia elétrica, o transporte ferroviário, aéreo e marítimo; as comunicações, a produção, refino e distribuição do petróleo e seus derivados, incluindo o gás liquefeito; a siderurgia; o cimento; a petroquímica e a química pesada; a celulose; o papel.

Criaria também um setor misto composto por empresas que combinavam capitais do Estado com os particulares, a Área de Propriedade Mista, estabelecida em alguns setores tecnologicamente avançados de produção, na qual o Estado e o capital privado formariam empresas conjuntas. E, por fim, a Área de Propriedade Privada, constituída por empresas médias e pequenas. A aceleração da reforma agrária e a ampliação do seu alcance, com o fim de integrar completamente os trabalhadores agrícolas, bem como agregar o setor agrícola ao restante da economia, também estavam entre os principais objetivos do governo.¹⁰

Por um lado, Salvador Allende e o Partido Comunista concebiam o processo de mudanças dentro de uma transição gradual que conduziria ao socialismo, de caráter antioligárquico e anti-imperialista, por meio de tarefas democratizantes, na qual a participação dos trabalhadores se daria por meio das suas organizações, especialmente através da inserção da Central nos espaços decisórios. Enquanto que os socialistas, e o MIR, fora do governo, vislumbravam uma ampliação dos meios de participação dos trabalhadores, tornando-a mais ativa, não somente no âmbito do trabalho, mas do poder político, através da criação de espaços como a Assembleia do Povo.

Na proposta do governo, as estruturas de participação só seriam estabelecidas nas empresas da Área Social e naquelas da Área Mista em que o Estado fosse sócio majoritário, excluindo, assim, os trabalhadores das empresas privadas (em geral, pequenas e médias), que conformavam a sua maioria. Integraram-se cerca de 50 mil trabalhadores à área social e ao seu esquema de participação, ficando uma esmagadora maioria fora desse espaço. Para estes trabalhadores das empresas privadas foi permitida e incentivada a formação dos denominados Comitês de Vigilância, que tinham a tarefa de resguardar a produção mediante possíveis sabotagens por parte dos proprietários e do mercado negro. Mas estes podiam se organizar para melhorar seus salários e formar sindicatos democráticos e ativos.¹¹

Os trabalhadores das empresas da área social passariam a exercer o controle através dos seus representantes e dos membros do governo. A organi-

zação da produção deveria seguir sem maiores mudanças e os trabalhadores se tornariam responsáveis pela qualidade e eficiência da produção. Mesmo sem ser previstos, alguns elementos do aspecto disciplinar sofreram significativa mudança; em alguns casos, o controle vertical de comando já não funcionaria como antes. Era possível, por exemplo, organizar abertamente os sindicatos dentro da empresa, sem as represálias e o rígido controle que eram exercidos pelos patrões anteriormente, e esse simples fato já alterava e ampliava o sentido da “participação”.

As regras que regeriam a participação dos trabalhadores nas empresas da área social foram apresentadas no documento firmado pelo convênio entre a CUT e o governo. Em geral, o documento reiterava a necessidade da participação dos trabalhadores numa ação conjunta, denominada de cogestão, para o avanço do processo político a partir da atuação dos seus órgãos representativos, tendo como objetivo principal “a complementação das propostas dos trabalhadores e as do governo na tomada de decisões relativas ao planejamento da economia nacional”.

O documento traça também elementos gerais das formas de participação no processo produtivo, correspondentes à direção pelos trabalhadores das empresas da área social e mista. Tal participação permitiria “aos trabalhadores transformar-se de simples engrenagens da máquina produtiva capitalista em elementos ativos de decisão no processo econômico e social”.¹²

Além de distinguir as empresas da área social e mista, uma segunda diferenciação se estabelecia de acordo com o porte da empresa, se esta estava concentrada em uma só planta ou mais. Os órgãos de participação a serem implementados em cada empresa eram: Assembleia dos trabalhadores de cada empresa, Assembleia das unidades produtivas (seção ou departamento), Comitês de Produção das unidades produtivas, Comitê Coordenador de Trabalhadores da empresa e Conselho Administrativo. Este último, teoricamente composto de cinco representantes dos trabalhadores (sendo três deles do setor administrativo), cinco representantes do Estado e um administrador indicado pelo Estado. Na prática, somente umas poucas da maioria das empresas seguiram este esquema.

Inúmeras empresas que passaram à Área Social o foram por meio de uma “intervenção” do Estado ou pela “requisição de empresas”, permitida por diversos decretos do Código de trabalho. No caso da intervenção, o governo nomeava um “interventor”, ou seja, um administrador responsável pela organização da produção. Este procedimento permitia ao Estado a transferência do controle da empresa temporariamente, enquanto a propriedade permanecia legalmente nas mãos dos empregadores. A apropriação definitiva requeria a cooperação do

Congresso, cooperação que Allende nunca obteve (deixando aberta uma questão tão vital para o golpe). Assim, a cada ano, dezenas de empresas estatais (“sob intervenção” ou “requisição”) retornaram ao setor privado.¹³

O que fica evidente no plano de participação é a formulação de uma estrutura que criava organismos consultivos e de assessoria, mais que deliberativos. A proposta governamental não alcançava dessa forma a promoção de uma transformação das relações de produção, de forma a abolir a sua hierarquização e promover o controle efetivo das empresas pelos trabalhadores por meio da sua atuação direta e da rotatividade nos assuntos administrativos das mesmas.

A participação vivida

Neste processo de construção de novas relações de produção, portanto, as experiências assumiram diversas facetas. Se por um lado, a participação direta nas resoluções das empresas da APS foi ainda limitada, a possibilidade de mobilização e organização nas fábricas resultou em práticas transformadoras das condições de trabalho e da consciência política dos trabalhadores. A implementação do sistema de participação exerceu um efeito não esperado, levando muitos trabalhadores a questionarem a manutenção de relações verticalizadas tradicionais, e a aspirarem uma participação mais ativa no controle e direção das fontes de trabalho.

Como afirma Zapata¹⁴, quando o trabalhador começa a vislumbrar a possibilidade de expor sua opinião sobre o seu trabalho e sobre o funcionamento da oficina e da empresa, o seu comportamento já começa a experimentar uma transformação. Começa a se dar um dilema na sua percepção das relações tradicionais de produção. A partir das expectativas em torno da possibilidade de participar da gestão da empresa, os trabalhadores questionavam a real eficiência e o alcance das normas de participação, queixando-se da falta de clareza sobre a função de cada organismo de participação e da estrutura verticalizada implementada.¹⁵

Numa entrevista concedida ao jornal *Chile Hoy*, operários da unidade algodão da indústria têxtil *Sumar* apontaram os principais problemas que se davam nesta direção: afirmavam que o único órgão deliberativo era o Conselho Administrativo, os demais se limitavam a circular informações; que os problemas das seções não chegavam ao comitê coordenador porque estes eram compostos somente por chefes de departamento; problemas básicos, como a falta de uma peça, eram levados ao presidente do comitê, o qual deveria levar os problemas para o órgão superior, e nunca se solucionavam tais questões;

desorganização dos órgãos superiores e falta de transparência quanto ao grau de produção, que poderia levar à suspeição em torno das figuras superiores. “Não h[avia] informação da parte administrativa para baixo”.¹⁶

A estrutura verticalizada comandada por representantes governamentais, cujo papel deliberativo se concentrava em apenas um dos órgãos dificultava a real participação dos trabalhadores na gestão das empresas. E isso não permitia a transformação das relações sociais de produção, ao manter-se a divisão do trabalho e o controle da produção por parte de gestores. Pode-se constatar essa problemática nos depoimentos de trabalhadores e interventores, como Andrés Van Luncken, interventor da têxtil Yarur:

A participação não tem funcionado como deveria por motivos regulamentares e do âmbito de decisões. E vemos como estas ficam entregues ao critério de um burocrata do Comitê Têxtil ou de outro organismo. Assim, é um engano falar de participação. A única coisa que pode ser garantia de que realmente este processo seja em benefício dos trabalhadores é que estes tenham um poder verdadeiro de decisão em todos os níveis; enquanto isso, qualquer funcionário poderá “dar um jeito” ou negociar o programa da UP.¹⁷

Dentre as críticas apontadas no setor têxtil, por exemplo, os representantes dos trabalhadores das indústrias *Sedamar*, *Ex Said*, *Caupolicán Renca*, *Rayón Said*, *Ex Sumar*, *Textil Progreso*, *Fabrilana* e *Bellavista Tomé* afirmaram que se formou uma estrutura onde não se via participação, e que havia muitos trâmites burocráticos para a resolução de qualquer assunto e distanciamento dos representantes do governo em relação aos trabalhadores. Dentre as propostas apresentadas por eles, estavam a maior rotatividade nas funções dos trabalhadores nos comitês, o distanciamento do sindicato em relação ao conselho de administração e modificações no convênio da CUT com o governo para que pudesse haver “censura” aos representantes do governo.¹⁸

Uma pesquisa realizada, em 1973, entre os trabalhadores da *Compañía Cervecerías Unidas* nos dá indicadores do grau de conhecimento e das expectativas que havia entre os operários em torno da participação na Área Social. Com números bastante expressivos, 89% dos operários e 96% dos empregados afirmaram ter conhecimento sobre a participação na Área Social enquanto “Integração à tomada de decisões e rendimentos para os trabalhadores chilenos”. Outro aspecto relevante desta pesquisa indica a importância do trabalho de conscientização e divulgação entre os trabalhadores por meio de folhetos e revistas: 42% dos operários e 34% dos empregados afirmaram ter tomado conhecimento sobre o assunto por meio de fontes escritas.

Questionados se tinham ou não acesso à administração da empresa, 92% dos operários e 96% dos empregados responderam positivamente.¹⁹ Adotando como critério de participação o acesso à administração da empresa, o conhecimento da rodagem da empresa, o fato de os trabalhadores serem ouvidos e a solução de problemas a partir da base, esta pesquisa demonstra alto grau de conhecimento sobre o papel dos trabalhadores no processo, bem como ampla satisfação no que diz respeito ao alcance da participação. Estas respostas indicam que na empresa *Cervecerias Unidas* foi conquistado um grau importante de organização interna que permitisse aos trabalhadores espaço para atuarem, principalmente por meio das Assembleias.

Um elemento bastante importante no estímulo à participação foi a implementação da formação política dos operários, que passou a fazer parte da nova rotina de liberdade política na fábrica. Nesta formação, exercia um importante papel a incorporação da leitura e do debate no cotidiano do trabalho. Valenzuela destacou a significativa relevância desta prática no comportamento dos trabalhadores:

Nós [o sindicato] fizemos um convênio com uma editora muito grande da época, que se chamava Quimantú. Fizemos um convênio para termos nossa grande biblioteca dentro da empresa... Então [os operários] pegavam os livros na biblioteca, levavam para suas casas... e liam muito, nos consultavam, falavam sobre o que liam... Então havia uma euforia, e isso provocou uma mudança gigantesca. As pessoas, quando leem, se instruem, sentem uma mudança gigantesca. Mas essa mudança é muito mais que um aumento de salário, [...] muito mais que tudo. Quando os trabalhadores começavam a ler, sentimos que havia uma mudança, que havia mais participação nas assembleias; as pessoas pediam a palavra e não se envergonhavam. Porque antes da Unidade Popular, havia muito medo de pedir a palavra e passar por ridículo. Eu sentia que as pessoas, quando pedíamos para falar, “não, me dá vergonha...”. [...] Quando o sujeito lê e tem argumento, não tem vergonha, tem necessidade de falar.²⁰

A importância do elemento de formação política é atestada por Zimbalist, para quem o mais importante destas variáveis esteve no nível de consciência política e de atividade entre os trabalhadores da fábrica. Após observar o processo de participação em diferentes empresas, concluiu que especificamente nas fábricas onde os partidos da esquerda revolucionária predominavam ou tinham forte influência, havia mais democracia industrial e maior poder operário.²¹

O grau de participação, portanto, dependia de variáveis como o funcionamento do sistema de comunicação e fluxo de informações dentro da fábrica, a postura e a ideologia política do interventor e dos dirigentes sindicais, o grau do trabalho de mobilização (por exemplo, se a empresa foi socializada por decreto ou por ocupação dos trabalhadores) e a estrutura do sindicato e do partido político na empresa.

Por outro lado, além da manutenção da divisão do trabalho, ainda que os trabalhadores estivessem representados nos diferentes organismos de participação, não foi implementado um sistema de rotatividade nestas funções como afirmamos acima. Outro problema ocorrido foi a criação de novos grupos de trabalhadores com a função de controlar o trabalho de seus companheiros. Dessa maneira, foi gerado um novo tipo de conflito, uma vez que os trabalhadores passaram a desconfiar não só do papel dos gestores governamentais, como também dos seus representantes presentes nos órgãos de participação.

Estava se gestando entre os operários uma recusa ao papel dos representantes dos comitês de produção, que lhes consideravam “pessoas que estavam *sapeando*, obrigando as pessoas a produzir mais, que est[avam] explorando muito mais”. Como afirmou um operário da indústria *Rayón Said*: “os companheiros não entendiam a participação tal como se estava realizando, os comitês de produção eram vistos como os sapos que tinham na indústria”.²²

Esses exemplos demonstram que o modelo implementado inicialmente não se apresentava como uma proposta original de cogestão por não expressar a possibilidade de gerar novas relações sociais no âmbito produtivo, a partir de uma participação mais efetiva dos trabalhadores. Ao contrário, diante da necessidade do controle estabelecida pelo governo e pela CUT, estava se forjando entre os próprios trabalhadores novos gestores para controlar o trabalho dos operários, o que acarretava em novas divisões internas e no mau funcionamento da proposta de participação.

Entre os operários e seus dirigentes sindicais locais foram pensadas soluções para aprimorar o sistema de participação na Área de Propriedade Social, gerando diferentes experiências e modelos de atuação que superassem o esquema apresentado pelo plano governo-CUT. Entre os trabalhadores do setor têxtil, que estavam descontentes com a estrutura e com o “excesso de burocracia entre os funcionários do governo”, seus representantes decidiram que os dirigentes que fizessem parte do Conselho de Administração da empresa não podiam ser dirigentes sindicais.

Buscava-se dessa maneira que os sindicatos mantivessem sua independência em relação aos organismos de gestão para poder assim cumprir seu trabalho de impulsionadores e fiscalizadores da participação.²³ Uma vez

que o Estado em si não estava controlado pela classe trabalhadora, esta precisava manter uma base independente para sua autodefesa, o sindicato. O seu papel deveria ser de fiscalizador do processo de planejamento e de integração dos trabalhadores.²⁴

De acordo com Zimbalist, esta proposta criou algumas contradições. Os sindicatos mais burocratizados, como os liderados por membros do Partido Comunista ou da Democracia Cristã, opuseram-se à formação de instituições paralelas para representar os trabalhadores e organismos de controle operário no nível da empresa. Nesses casos, ou o aparato administrativo não foi posto em movimento ou não conseguiu se desenvolver de forma eficaz.

Outro aspecto importante das exigências dos trabalhadores em relação à gestão da empresa estava relacionado com o papel a ser assumido pelo interventor, especialmente, na sua relação com os trabalhadores. Houve constantes cobranças pelo estabelecimento de novas relações na empresa, esperando uma atitude diferente dos interventores em relação aos trabalhadores. Isso estava diretamente relacionado com o anseio de participação, de transformar as relações de trabalho e de maior controle da produção.

Os trabalhadores de variados setores não viam outra solução para seus problemas além da intervenção e da passagem da sua fonte de trabalho à área social. Para eles, representava uma solução em dois sentidos. Esperavam que a intervenção pudesse deter o controle exercido pelo patrão, mas também esperavam que o Estado atuasse como contrapeso em relação às atividades e à influência exercida pela chefia, demonstrando que a disputa no campo das relações de produção também era uma chave da sua luta.

Muitas vezes, os trabalhadores visualizavam um distanciamento entre operários e interventores, pois, ainda que a maior parte dos operários que intervinham na discussão exigisse que os representantes do governo fossem pessoas conhecedoras do ramo produtivo em questão, alguns afirmavam que, ainda mais importante que o conhecimento era a atitude que eles tinham frente aos trabalhadores, num claro anseio do rompimento com as relações de mando vivenciadas até então:

Deve-se descer às fábricas, se deve descer à produção, deve-se dar conta dos problemas reais que têm as diferentes seções. Não se pode planejar de cima, dos escritórios. Nós que temos a ver com isso, procurando matérias-primas, buscando reposições, nos encontramos com uma triste realidade.

Enviaram um advogado para administrar a fábrica, ele não sabia nada de indústria, mas ele tinha algo claro, que era trabalhar com a massa, fazer fun-

cionar os organismos de participação. Não acho que seja essencial que um companheiro tenha que ser especialista para que vá à fábrica, mas tem que ter o filme claro do processo que está vivendo o país nesse momento e fazer os trabalhadores participarem.²⁵

Quando estavam insatisfeitos com a atuação do interventor, era comum que reclamassem e até exigissem a sua substituição, como pudemos constatar no caso da *Fábrica Acosta*, que se encontrava sob intervenção desde outubro de 1971. Segundo os trabalhadores, o interventor não apresentava os comprovantes de pagamento dos impostos, também não aparecia na empresa havia dois meses, “não mostrando interesse em fazê-la funcionar normalmente”. Já não restava matéria-prima e faltavam peças de reposição. Segundo os operários, esta situação derivava “da recusa do interventor em aceitar algumas propostas que lhe foram apresentadas”.

Na implantação do sistema de participação, no questionamento ao seu funcionamento, na exigência para a incorporação da empresa ao novo sistema ou na articulação política dos trabalhadores se fortaleciam as relações sociais e se aprofundava o aprendizado organizativo dos trabalhadores dentro do modelo mais democrático e legítimo de representação sindical que vinham construindo nos anos anteriores. Nesta etapa do processo revolucionário, tiveram fundamental importância suas experiências políticas do cotidiano, como as conversas, assembleias, greves, ocupações.

Essas práticas expressaram o aprendizado de gestão das próprias lutas e o fortalecimento da solidariedade e do coletivismo que significavam um questionamento às relações sociais do sistema capitalista. O comportamento dos trabalhadores em relação aos primeiros passos da participação direta naquele processo político já mostrava sinais de que prevaleceria uma lógica popular de atuação, mais direta e mais radical.

A participação ampliada

A Unidade Popular havia proposto expropriar 253 das 35 mil empresas existentes no Chile, mas este número havia diminuído para 90 devido a pressões da oposição ao governo.²⁶ Desta quantidade, 74 eram empresas industriais onde trabalhavam 55.854 trabalhadores, ou seja, 10% do proletariado industrial manufatureiro. Em dezembro de 1972, o total de empresas sob intervenção no setor industrial era de 202. Estas somavam um total de 117.471 trabalhadores; e das 65 empresas adicionais que foram agregadas à área social, somente 9 correspondiam à lista original das empresas estratégicas.²⁷

Tal expansão se deu devido às ações sociais que começaram a assumir uma dinâmica diferenciada em várias empresas, incluindo as de pequeno e médio porte, a partir da ação dos trabalhadores que visavam a passagem das indústrias para a área social, ou pelo menos, a intervenção do governo para obter direitos de participação que existiam na área gerenciada pelo Estado. A partir destes atos, a experiência chilena conheceu uma nova dinâmica, própria dos movimentos de trabalhadores.

Já no início do processo de incorporação das empresas, os trabalhadores se mobilizaram para acelerar as estatizações. Em maio de 1971, o governo anunciou a requisição das indústrias *Caupolicán*, *Renca* e *Rayonil*, de San Antonio, paralisadas por greve e anunciou a integração dos monopólios têxteis *Yarur*, *Sumar*, *Rayon Saíd* e *Hirmas*. Tais ações aceleraram a mobilização da base que procedeu à *toma* das principais fábricas a serem incorporadas, principalmente *Sumar* algodão, *Sumar* nylon e *Textil Progreso*, em ocupações seguidas de assembleias e festa. A CUT e a Federação Têxtil manifestaram seu apoio às ações, desejando um retorno rápido à produção.²⁸

O fato de levantar a bandeira da participação dos trabalhadores, de favorecer certas formas de controle sobre o processo de produção e de nacionalizar grandes empresas liberou uma energia participativa das bases operárias, o que começou a dar um conteúdo concreto às noções de participação e de propriedade social numa base que ansiava pelas mudanças prometidas pelo governo popular.

Numa conjuntura política favorável, e sem temer a repressão por parte do Estado, os trabalhadores desencadearam um processo de avanço nas transformações propostas pelo governo, que complementou, mas também divergiu da revolução “de cima” encaminhada pela Unidade Popular. Operários em greves e ocupações de fábricas, movimentos de pobladores e trabalhadores rurais, ampliando significativamente as ações de ocupações de terrenos e propriedades, em ações conjuntas com grupos de esquerda, como o *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), alas do Partido Socialista (PS), MAPU e *Izquierda Cristiana*, protagonizaram este aprofundamento do processo revolucionário.

Com ações desiguais no tempo, no lugar e na velocidade, os diversos movimentos infundiam na concepção acerca da construção do socialismo as preocupações cotidianas e as questões históricas que assolavam a classe trabalhadora. Para estes socialistas, os novos modos de participação popular eram o resultado de uma democratização crescente que abria caminho a uma sociedade socialista.²⁹

Os dirigentes da UP já se preocupavam com a perspectiva de aprofundamento da revolução entre os trabalhadores, atentando para o aumento

da pressão ‘de baixo’ pela estatização das indústrias. Esta preocupação se dava principalmente porque as ações destes trabalhadores atentavam contra a proposta de mudança gradual e contra a política de aliança de classes proposta pelo governo, que dava garantias a pequenos e médios empresários. As lideranças comunistas e a CUT temiam a ampliação da mobilização fora das instituições, já que para eles, a conquista fundamental da classe trabalhadora era o Governo Popular, do qual era necessário “cuidar e fortalecer”.³⁰

Com a intensificação das ações populares, o processo de intervenções ultrapassou amplamente os planos da Unidade Popular, e em diferentes setores os trabalhadores já haviam tomado a iniciativa. Nos setores de química, metais básicos e maquinário e acessórios elétricos, por exemplo, eram mais de 35 mil trabalhadores em locais sob intervenção ou confiscados. No entanto, o plano da UP propunha que somente 8 mil trabalhadores trabalhassem nestas condições. Em 1972, o plano original da UP já havia sido superado, e em meados daquele ano, mais de 150 empresas, representando 20% da produção industrial, tinham sido incorporadas à Área de Propriedade Social por compra ou decreto, e três quartos inauguraram o sistema de participação.

Uma importante expressão da ação mais conflitiva dos trabalhadores pode ser observada no significativo aumento do registro de conflitos trabalhistas, que variou da média de 1 mil, entre os anos de 1967 e 1969; para 1819, em 1970; 2709, em 1971; e 1763 somente no primeiro semestre de 1972. Ao mesmo tempo em que a média do número de trabalhadores envolvidos em cada conflito diminuiu, o que indica o crescente conflito nas empresas pequenas.³¹

São muitos os registros no Ministério do Trabalho referentes a ocupações de fábricas e paralisações, nas quais os trabalhadores exigiam a intervenção do governo por motivos vários, como conflitos nas relações de trabalho. Na busca deste objetivo, os trabalhadores passaram a se organizar e se mobilizar de diferentes formas para incluírem seus postos de trabalho no plano de estatização do governo, que estabelecia critérios, ainda que flexíveis, para a intervenção e requisição, que incluíam desde conflitos de trabalho até denúncias de boicote à produção e, claro, a existência de monopólios nacionais e estrangeiros.

Entre os registros, encontram-se cartas e ofícios encaminhados por trabalhadores, empresários e representantes do Estado, especialmente da Direção do Trabalho. Os empresários, por sua vez, denunciavam a instauração do conflito pelos trabalhadores, narrando o processo de ocupação, geralmente precedido pelo enfrentamento com executivos, chefes e proprietários, e o impedimento de que estes ingressassem na empresa. Como foi o caso da *Maestranza Santa Monica*, que teve suas oficinas e outras instalações ocupadas pelos operários, que fecharam as portas e impediram o ingres-

so dos executivos. Os operários seguiram trabalhando, com total controle sobre as ferramentas, materiais, maquinário, equipamento ferroviário em conserto, peças de reposição etc. E ao final, conseguiram a intervenção do governo na indústria.³²

Inúmeras eram as estratégias adotadas pelos trabalhadores para conseguirem a intervenção do governo ou o confisco das empresas. Suas ações incluíam a paralisação da produção, a ocupação da empresa, a denúncia de não resolução dos conflitos trabalhistas, de más condições de trabalho, de recursos dos empresários para paralisar ou reduzir a produtividade, a comercialização com o mercado negro, enfim, qualquer elemento que justificasse a intervenção do Estado na empresa em questão.³³

A ocupação da fábrica têxtil *Yarur*, em 28 de abril de 1971, por exemplo, forçou uma aceleração imprevista do processo.³⁴ A onda desencadeada foi o que impulsionou uma nova etapa do processo revolucionário, com um enfrentamento direto com a burguesia nacional, e que pressionava o governo na delimitação da Área de Propriedade Social.

Entre as grandes empresas, somente na comuna de Maipú, na Grande Santiago, dez das indústrias locais registraram 25% dos conflitos trabalhistas, entre elas: *Polycron* (fibras e algodões sintéticos), onde o conflito se iniciou com o descumprimento de pontos do acordo coletivo, mesmo motivo que levou à ação dos trabalhadores da *El Mono* (artigos de alumínio) e da *Perlak* (fábrica de conservas), que também denunciavam boicotes à produção e negociações com o mercado negro por parte dos empresários; a *CIC* (móveis e metalurgia), por reivindicações salariais e exigência de imediata passagem à Área Social; *Fensa*, na qual o conflito se deu devido à tentativa por parte da empresa de colocar fim à intervenção governamental, levando ao enfrentamento entre sindicalistas e executivos.³⁵ Estes conflitos davam claros sinais de que não seria seguida a proposta oficial, e que a dinâmica social assumiria contornos mais radicais.

Na indústria têxtil *Grecea*, seus seis operários tentaram estatizá-la a partir de denúncia encaminhada ao Ministério do Trabalho, que apontava irregularidades na produção, com a sua diminuição, a comercialização com o mercado negro e fraude no fluxo da matéria-prima. Além disso, denunciavam o descumprimento de acordos trabalhistas referentes às tarifas e condições de trabalho, e se queixavam da falta de segurança. Por todas essas infrações solicitavam a passagem da empresa à Área de Propriedade Social.

O sindicato industrial justificou a ocupação da indústria ao Ministério do Trabalho:

A ocupação da indústria se deu e nos mantemos nela para que se solucionem diversas irregularidades que a nosso ver indicam a requisição desta empresa. A produção é entregue ao mercado negro, para a qual não se entrega recibo, burlando o pagamento de impostos; descumprimento de pontos do acordo coletivo; exploração do trabalho de menores sem contrato de trabalho. Todas essas razões nos impulsionam a **pedir o confisco da empresa e sua posterior passagem à Área de Propriedade Social.**³⁶ [Grifos nossos]

O caso da indústria de conservas *Leymo* também é bastante elucidativo no que se refere às diferenças das concepções dos trabalhadores em relação à proposta governamental de aliança de classes. Outro aspecto relevante é o abandono da empresa pelos empresários, o que levava os trabalhadores a quererem seguir nos seus postos de trabalho. Neste registro, podemos analisar o conflito estabelecido na empresa entre patrão e empregados por meio das manifestações de ambos os lados.³⁷

Nem sempre havia problemas que justificassem juridicamente uma intervenção governamental. O que se assistia era uma resistência operária às relações de trabalho ou a sua reação às práticas recorrentes de desmandos e abusos da parte patronal, aproveitando-se de uma conjuntura favorável para instalar um conflito direto e conseguir assim a atenção do governo popular. Podemos ilustrar essa tática com exemplos de operários que justificavam as ocupações com a “alta dos preços e os baixos salários”, com demissões injustificadas e maus tratos, entre outras práticas historicamente recorrentes, como na ocupação ocorrida na *Editorial Nascimento*:

[...] 30 famílias vítimas de uma “*viejaja momia, como tonta para el abuso*”, gozadora da boa vida e da melhor nota, *frescolina* e esperta até dizer chega. E o mais grave é que todos os armazéns do quarteirão, que estão ajudando, esperam que aqui se resolva o conflito, que será um exemplo para que eles também lutem contra seus patrões, porque também são explorados. Se impede que nós triunfemos porque seremos “um mau exemplo”, um infortúnio.³⁸

Os discursos proferidos pelos trabalhadores, a linguagem utilizada, especialmente para se diferenciar dos seus opositores, seus atos de ocupação de fábricas, prédios, terrenos urbanos e rurais, são um conjunto de elementos que expressavam a afirmação de uma identidade operária e da sua lógica política própria, sem se importarem se isso convinha à racionalidade do projeto institucional. A lógica prevalecente era a do conflito entre capital e trabalho.

Em tais discursos, os mesmos *slogans* eram interpretados e reapropriados de maneiras diversas pelas classes opostas; de um lado os *momios*, do outro os comunistas – a palavra por si só tinha uma conotação pejorativa. Por trás dessas palavras estavam duas visões de mundo que expressavam posições sociais antagônicas e já faziam com que o governo tomasse ares de confronto.

A valorização do trabalhador passava pela negação de todo um espaço desintegrador, onde o burguês, o patrão, o *momio*, o gringo não tinham seu lugar. Esse termo traz uma síntese entre ser, parecer e fazer do que se chamaria então pejorativamente o burguês. No termo *momio* há a ideia de conformismo ligada a uma situação objetiva de abundância e de conforto. Esse neologismo aparece no momento em que uma parte da população se radicaliza, corresponde à visão que essa população não pode mais objetivar no termo burguês. *Momio* e gringo representavam as duas faces da exploração. Ser burguês e o que disso decorria quer dizer agir como, pensar como, vestir-se como era associado a essa dominação e a essa prepotência.³⁹

Ao mesmo tempo, se expressa claramente o fortalecimento dos laços de solidariedade e a confiança que se gerava na força dos próprios atos políticos, fundamentais para a consolidação da consciência de classe. A ocupação de uma empresa por si só já estabelecia ao governo a problemática da contestação às bases da ordem capitalista do país.

Estes casos denotam os limites da proposta governamental frente à concepção dos trabalhadores, para os quais o empresário não se distinguia entre o grande, monopolista, e o pequeno, “empreendedor”, todos representavam a figura do explorador. Isso demonstra que a lógica da oposição de classes suplantava o nexa nação-antinação proposto pela Unidade Popular. Ao invés de interpretar os conflitos de fábrica como “lutas economicistas”, entendemos que as ações dos trabalhadores expressaram este sentimento de uma identidade coletiva em defesa dos seus anseios e contra interesses antagônicos, representados nos mais diversos personagens que aprofundavam uma proposta de transformação da sociedade a partir da sua realidade.

A crise de outubro de 1972, gerada pelo esgotamento da política econômica do governo e pelos boicotes dos empresários, foi o fato culminante para que a iniciativa popular superasse os canais institucionais de representação e de participação, resultando na formação de organizações, como os Cordões Industriais e os *Comandos Comunales*.

A iniciativa das lideranças sindicais de base conseguiu manter as atividades de produção, distribuição e abastecimento da população e, conseqüentemente, a dinâmica da economia nacional, ainda que não na capacidade máxima. Isso demonstrava que a “independência de classe” vai muito além

das ações das suas entidades que, se por um lado agiam dentro da sua lógica de atuação conjunta com as lideranças partidárias e em defesa da proposta socialista governamental, por outro, negligenciavam em diversos momentos as práticas dos trabalhadores.

Um novo sentido para o trabalho

O anseio dos trabalhadores de passarem à área social trazia consigo o desejo de libertação da exploração e dos desmandos patronais, de se tornarem seus próprios patrões e, ainda mais significativo, de darem um novo sentido à produção e ao capital gerado a partir do seu trabalho. Ou seja, havia um forte anseio de que o destino da produção e do capital não fosse mais o lucro patronal, e sim o seu “investimento social na construção do novo Chile”, a partir da gestão estatal.⁴⁰

É possível detectar elementos importantes do envolvimento dos trabalhadores com o processo político de acordo com o seu avanço. O sentido da libertação que almejavam quando lutavam em defesa do governo perpassava desde a defesa de uma maior humanização das condições de trabalho, por meio da implementação de melhorias, pelo direito a um sindicato livre do controle patronal, até o sentimento da capacidade de argumentar e influenciar num processo político mais amplo.

A conquista da libertação incidia na recusa à submissão a condições precárias de trabalho, como não terem direito ao horário de almoço ou exporem sua saúde a riscos para gerar lucros aos seus superiores. Vale citar o caso da indústria Mademsa, na qual os trabalhadores realizaram uma paralisação para exigir a intervenção do governo “contra a superexploração”, representada pelo pagamento por peça produzida e pelas condições insalubres de trabalho:

As péssimas condições de segurança industrial e de higiene ambiental são uma mostra da superexploração do trabalho. Na fundição desta empresa, a chaminé que há quatro anos dava para a rua, foi cortada e deixada dentro da oficina. Os vizinhos da Mademsa, os industriais de camisas Harrow, reclamaram que os resíduos expelidos pela chaminé eram um inconveniente para a brancura das camisas. Os industriais de ambas as empresas se entenderam muito bem e o conflito ficou solucionado ao deixar que os resíduos da fundição fossem absorvidos pelos próprios operários que trabalham nela.⁴¹

Os relatos de desmandos patronais e das precariedades nas condições de trabalho eram comuns em diferentes empresas. Da mesma forma, a liber-

tação significava extirpar da fábrica os símbolos da exploração sofrida, o que era muitas vezes reconhecido não somente nos patrões, mas também naqueles que se dedicavam ao controle do seu trabalho e com os quais se davam os conflitos no cotidiano fabril, os chefes de seção:

Quando nós estatizamos a fábrica seguimos com os mesmos técnicos e com os mesmos chefes, e aí se deu o problema, porque apesar de termos um longo caminho de aprendizagem com os trabalhadores, também ocorreu uma espécie de caça às bruxas. Os trabalhadores se sentiram agora como os donos da empresa, portanto, “estes tipos têm que pagar o que fizeram”. Então, a princípio tinha que acalmar a ânsia dos trabalhadores para despedir os técnicos e os chefes.⁴²

Este ato foi recorrente. Vale citar o exemplo da *Panificadora San Camilo*, na qual os trabalhadores justificavam a paralisação em protesto contra o chefe de seção, que dentre outras arbitrariedades, teria retirado “a socos” um dos trabalhadores que se negou a fazer horas extras depois de já ter completado uma jornada de onze horas. O detalhe interessante deste caso é que o ato de agressão citado teria ocorrido em 1967, e era utilizado pelos trabalhadores nos argumentos que sustentavam a sua ação quatro anos depois.⁴³

Este exemplo denota que a conjuntura política adequada e a percepção de que aquele governo lhes era favorável, levava os trabalhadores a encararem os chefes e as situações de desmando, que eram recorrentes no seu cotidiano de trabalho, com uma postura de enfrentamento, o que às vezes os colocava diretamente na disputa pelo controle do espaço produtivo.

Historicamente, a negociação coletiva não tratava somente dos salários. Era frequente que os patrões administrassem e fornecessem moradia, assistência médica e inclusive lazer, e muitos sindicatos exigiam tais benefícios em suas reivindicações. Esse tipo de demanda pode ser entendido como parte de provisões nas quais o Estado era muito deficiente. Evidentemente, os patrões estavam dispostos a conceder estas facilidades com o preço de manter a paz industrial, para tornar desnecessários os sindicatos, ou pelo menos convertê-los em organismos dóceis supervisionados pela gerência.

Dessa forma, quando as empresas eram tomadas ou eram transferidas para a Área Social sob intervenção, os trabalhadores se organizavam junto aos representantes sindicais para que eles mesmos implementassem modificações que significavam conquistas grandiosas para eles. As melhorias incluíam a instalação de um refeitório, de uma creche para os filhos dos operários, a construção de apartamentos para trabalhadores que viviam em acampamentos e em *poblaciones* menos estruturadas. Todas estas melhorias foram aponta-

das na entrevista de Hugo Valenzuela, sobre a indústria *Sumar*, e são recorrentes em outros depoimentos, como na fala desta operária da indústria *Perlak*:

É impossível que nós pensemos que possa haver um acordo com o patrão. Esta empresa não será devolvida nunca, como sequer pensar nisso se desde que entrevistemos nós fomos conseguindo solucionar nossos problemas. Por exemplo, antes com os patrões, nós comíamos nossa marmita sentados debaixo das árvores, agora temos um refeitório com boa comida e grátis. Nossos filhos, depois da aula, vêm para uma escola que é para todos os filhos dos trabalhadores. [...] Esta escola está perto da indústria, está localizada em um terreno que compramos para construir nossas casas. Os banheiros e serviços higiênicos agora sim são para seres humanos, antes não eram nem para porcos [...] nossos pequenos têm a possibilidade de permanecer na indústria, na creche que foi criada quando tiramos os patrões e nos preocupamos conosco e com a produção para todos os companheiros.⁴⁴

Na fábrica têxtil *Progreso*, por exemplo, o sentido do acordo coletivo foi tema de ampla discussão entre trabalhadores e interventor, que os alertava para o fato de que as conquistas materiais dos trabalhadores ultrapassavam naquela ocasião o valor atingido pelos salários, uma vez que, através da organização e ingerência dos operários, eles haviam conquistado diversos serviços e bens para a melhoria do ambiente e das condições de trabalho, “parte dos objetivos do socialismo”.⁴⁵

Outra forma importante de expressão do sentimento de pertença àquele processo se dava na afirmação do valor do seu ofício e do seu conhecimento. Isso se deu na invenção de peças, na criação de soluções para melhorar e diminuir o custo da produção, como podemos observar na afirmação do operário da indústria *Têxtil Progreso*:

Pela primeira vez nós temos a possibilidade de criar, de poder expor nossas ideias sem medo de poder decidir. Um tem muitas ideias que a prática lhe deu, como no meu caso, que já tenho dez anos aqui, e que com um patrão não pude desenvolver nada. Ideias que não são de custos tão altos e que servem. [...] isso para mim pelo menos é participação, e por isso eu digo que aqui ela existe.⁴⁶

Todas essas reivindicações em torno de melhorias básicas, que podem ser consideradas convencionais, devem ser entendidas dentro de uma conjuntura na qual os trabalhadores entendiam vivenciar o “governo dos trabalhado-

res”, ou seja, um momento no qual seus anseios seriam ouvidos e alcançados. Num momento em que o Estado parecia ser ferramenta a seu favor, e que eles eram colocados como parte importante do processo, o fruto do seu trabalho deveria voltar-se para a melhoria das condições de vida e de trabalho.

Esta nova relação do trabalhador com o trabalho se dava também no seu envolvimento com as diferentes ações esportivas e culturais estimuladas pelos sindicatos nas empresas da área social. O estímulo à imprensa operária, a promoção de festivais de música, de teatro e de poesia contribuiu para a expressão dos pensamentos e anseios dos trabalhadores numa importante mobilização criativa.⁴⁷

Por meio dos poemas e canções é possível compreender os anseios dos trabalhadores e sua visão sobre a luta de classes e sobre a participação. Neste poema se explicita o novo sentido encontrado no trabalho, no qual o trabalhador não está alienado da sua concepção e resultado:

Y una nueva etapa	el fruto de su mente y sus músculos
surgió en la colmena fabril	ya no es su enemigo
una ruta que se abre a machetazos	sino su complemento.
con el multiple esfuerzo de sus hombres;	Y al transformar el mundo
se reencuentran el Hombre y el Trabajo	el hombre se transforma y renace. ⁴⁸
y se reconcilian con la Historia	

Na primeira etapa do processo revolucionário, que combinava proteção e promoção governamental, as ações dos trabalhadores complementaram e ampliaram as iniciativas do governo popular. O contexto colocou os trabalhadores numa posição coletiva de negociação mais forte que resultou em inúmeras conquistas salariais, de condições de vida e de trabalho.

Progressivamente, os trabalhadores foram articulando a busca de soluções para seus problemas mais imediatos ao objetivo político mais amplo, agregando numa lógica política mais radical a criatividade, os valores que lhes eram próprios e a *práxis* decorrente das suas experiências, expressando o anseio de participar ativamente da construção de uma nova sociedade. E a participação efetiva e democrática na direção das empresas era encarada como “um dos meios através dos quais os trabalhadores exerceriam a sua capacidade de decisão na construção de uma nova economia”.⁴⁹

Sentir-se parte do processo de construção de uma nova sociedade significava também ter a possibilidade de colocar a sua capacidade criativa a favor das mudanças profundas na sociedade, e uma destas formas era ter o controle sobre toda a produção até a destinação daquilo que era fruto do seu trabalho:

[...] era necessário que a empresa passasse à Área Social. [...] nós víamos que tínhamos capacidade e se criou uma bebida chamada “Enllojo”, que era uma bebida de leite com chocolate, e nós víamos a possibilidade desse leite com chocolate não só para vender ao mercado, mas para entregar nos colégios como um café da manhã quente para as crianças quando chegavam de manhã. Então, nós víamos que através do processo de produção que nós tínhamos nas bebidas, além do que se elaborava, [...] víamos que poderíamos chegar a um setor social e entregar nosso produto em benefício da população.⁵⁰

Questionado sobre o apoio dado pelos operários a esta proposição, Carrasco afirmou que a maioria dos trabalhadores na época era favorável a estas políticas, porque ter o controle da empresa significaria melhorar a sua situação econômica e também a melhoria do seu entorno. Essa afirmação ilustra perfeitamente a ideia de que o trabalhador chileno que se envolveu diretamente no processo passou a ver naquele governo a possibilidade de melhorar a sua própria condição no espaço do trabalho e nas suas condições de vida. Mas também passou a vislumbrar a possibilidade de intervir nas transformações da sociedade que sempre reivindicaram, numa extraordinária mobilização em direção ao fim da alienação do trabalho e da criação e ocupação de novos espaços políticos.

Entre os trabalhadores é possível notar que a questão do poder não passava pela tomada do poder institucional, tal como era vocalizado pelas vanguardas partidárias, principalmente entre os socialistas. Mas, é possível afirmar que a reivindicação do poder na lógica de atuação e no entendimento acerca do projeto socialista que tinham os trabalhadores estava relacionada à recusa da sua condição de simples força de trabalho. O seu protagonismo era reivindicado e exaltado na perspectiva da formação de um novo homem que atuaria na construção de uma nova sociedade, como pudemos visualizar

Essa luta contra a sua condição ora foi travada contra o controle burocrático da produção, ora contra o controle do seu ambiente comunitário e contra tudo o que pudesse representar entrave ao andamento do processo de construção do socialismo. A sua atuação foi direcionada primeiramente contra aquele que melhor encarnava a relação de exploração e subordinação, o próprio patrão, os burocratas e os *momios*, em geral. A forte resistência sustentada pelos trabalhadores à proposta do governo de negociação com os empresários, que garantia a devolução das empresas tomadas durante a paralisação de outubro de 1972, foi um exemplo bastante significativo acerca da valorização do comando dos trabalhadores.⁵¹

Ao mesmo tempo, as ações no âmbito do poder estatal eram confiadas ao presidente Allende e aos partidos populares, no sentido de que cabia a eles se encarregarem das ações necessárias no âmbito do poder para lhes assegurar espaço, liberdade de ação e de organização. A luta se dava, portanto, para lhes garantir autonomia nas suas práticas sociais.⁵² A partir da sua lógica de atuação que não se preocupava com a institucionalidade, os trabalhadores conseguiram ultrapassar em muitos aspectos a proposta inicial da UP, especialmente no âmbito da luta contra o capital privado e ao escancarar os obstáculos presentes naquela política de aliança de classes.

Neste questionamento aos limites impostos a sua participação e às mudanças num momento de radicalização e de busca de um novo direcionamento para o trabalho e para o produto dele gerado, vemos mais do que os discursos programáticos dos partidos da esquerda. Observamos que a dinâmica de atuação dos trabalhadores superou os canais institucionais de representação, e principalmente, as orientações partidárias e da sua Central Sindical.

Suas ações eram respaldadas nas experiências e nos antecedentes de tradição política e de lutas, que se expressaram ao longo de décadas através de diferentes formas de ação que se combinaram numa lógica política própria –, com a organização de núcleos de representação, com a articulação de greves e de ocupação de fábricas para exigirem o reconhecimento dos seus direitos básicos, as barricadas, a ocupação de terrenos para garantir a moradia, a organização de acampamentos –, na medida em que tais mobilizações se mantiveram paralelamente a uma proposta de aliança de classes e de mudanças a partir “de cima”, com a manutenção dos centros decisórios.

Os argumentos dos trabalhadores incidem na identificação do governo como o “nosso governo”, o “governo dos trabalhadores”. Nesse sentido, a chegada de Salvador Allende ao poder representava um momento de realização popular. No decorrer da gestão, diante das limitações sofridas pela estratégia assumida pelo governo, buscando manter a lógica de uma aliança entre interesses que se mostravam cada vez mais antagônicos, os trabalhadores imprimiram a sua lógica de atuação para avançar num processo que significava para eles a “construção de um novo Chile”.

RESUMO

Inserida no quadro de pesquisas mais recentes com uma nova tendência analítica voltada para as manifestações da classe trabalhadora chilena durante o governo da Unidade Popular, o presente artigo busca realizar uma análise da atuação dos trabalhadores chilenos que valoriza as suas experiências no cotidiano. Buscamos demonstrar que a sua atuação, que ultrapassou os canais

institucionais de representação, se assentava numa longa tradição política, e que os trabalhadores se reapropriaram do projeto político apresentado pela esquerda a partir das suas próprias experiências e concepções de mundo. A forma que buscamos para demonstrar isso foi na análise do cotidiano do trabalho e dos seus conflitos.

PALAVRAS-CHAVE

Unidade Popular, classe trabalhadora, experiência, cotidiano, conflitos.

A new meaning for work: the chilean socialism in working class daily (1970-1973)

ABSTRACT

Within in the context of researches with a new a new analytical tendency focusing on inherent manifestations of the Chilean working class during the UP government, this article aims to analyze the role of the Chilean workers that values the daily experiences. We seek to demonstrate that its actions, that went beyond the institutional representative channels, was built on a long political tradition, and that the workers redefined the political project presented by the left wing, based on their own experiences and worldviews. The way we seek to demonstrate this was the analysis of the daily work and their conflicts.

KEYWORDS

Popular Unity, working class, experience, daily, conflicts.

NOTAS

¹ Historiadora formada pela UNESP - Franca e Doutora em Ciência Política pela UNICAMP. Desenvolve pesquisas sobre a história política e social do Chile. Autora da tese intitulada: “O protagonismo popular: experiências de classe e movimentos sociais na construção do socialismo chileno (1964-1973)”. Contato da autora: cury-br@yahoo.com.br.

² Nas últimas décadas, diferentes autores analisaram características da “experiência chilena”, mas, em especial o conflito político institucional entre os partidos atuantes no período, as disputas ideológicas internas da Unidade Popular, e a articulação e as consequências do golpe militar. Esta é uma bibliografia que privilegiou a política institucional, uma história “de cima”. Dentre outros, destacam-se GARRETÓN, Manuel A. Continuidad y ruptura y vacío teórico ideológico: dos hipótesis sobre el proceso político chileno, 1970-1973. *Revista Mexicana de Sociología*, [s.l.], v. 39, n.4,

p. 1292, oct./dic. 1977; MOULIAN, Tomás. Desarrollo político y estado de compromiso: desajustes y crisis estatal en Chile. *Colección Estudios Cieplan*, v. 8, n.64, p.105-158, jul. 1982; GARRETÓN, Manuel A.; MOULIAN, Tomás. *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*. Santiago: Ediciones Minga, 1983; LETELIER, Alfredo J H. *El Chile perplejo: del avanzar sin transar al transar sin parar*. Santiago: Planeta/ Ariel, 1998. Na historiografia brasileira, cf. AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2002.

³ Um dos primeiros trabalhos de destaque nesta abordagem da participação popular foi: WINN, Peter. *Tejedores de la Revolución*. Los trabajadores de Yarur y la via chilena al socialismo. Santiago: LOM, 2004. Entre os trabalhos de destaque desta renovação historiográfica: SALAZAR, Gabriel. *Labradores, peones y proletários*. Santiago: LOM Ediciones, 2000; GREZ TOSO, Sergio. *De la "Regeneración del Pueblo" a la huelga general*. Génesis y evolución histórica del movimiento popular en Chile (1810-1890). Santiago: RIL Editores, 2.a edição, 2007; SOTO, Sandra Castillo. *Cordones Industriales*. Nuevas formas de sociabilidad obrera y organización política popular. Chile 1970-1973. Colección Historia Vital. Concepción: Ediciones Escaparate, 2009; GARCÉS, Mario. *Tomando su sitio*. El movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970. Colección Movimientos Sociales. Santiago: LOM Ediciones, 2002.

⁴ LUDTKE, Alf. Organizational Order or Eigensinn? Workers' Privacy and Workers' Politics in Imperial Germany. In: WILENTZ, Sean (ed.). *Rites of Power*. Philadelphia: Univ. Pennsylvania Press, 1985, p. 309.

⁵ Dessa forma, a proposta do presente trabalho vai ao encontro da proposta analítica da obra de E. P. Thompson, no sentido de captar as múltiplas formas do processo histórico de formação da classe trabalhadora e de expressão da sua identidade. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed.1997, v. 1.

⁶ Coalizão de centro-esquerda, liderada pelo Partido Radical, cujo governo representou o início de um período de maior incidência estatal no processo de industrialização nacional, e politicamente passou a condensar as relações de força entre as classes, a partir da representação dos diferentes grupos sociais com novas alternativas políticas que iriam percorrer todo o século XX.

⁷ A noção de projetos políticos é tomada aqui como os conjuntos de interesses e representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política. Esta noção não se reduz a estratégias de atuação política no sentido estrito, nem a formulações sistematizadas, como os projetos partidários, mas como uma concepção que expressa significados que integram matrizes culturais mais amplas e permite apreender a multiplicidade de sujeitos políticos e das suas diferentes formas de ação

política. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. Idem. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 2006.

⁸ WINN, Peter. Loosing the chains. Labor and the Chilean revolutionary process 1970-1973. *Latin American Perspectives*, Issue 8, v. III, number 1, winter 1976, p.70-84.

⁹ GAUDICHAUD, Franck. Etude sur la dynamique du mouvement social urbain chilien. “Pouvoir populaire” et Cordons industriels durant le gouvernement de Salvador Allende (1970-1973) Volume I. *Thèse pour obtenir le grade de Docteur en Science Politique*, Université Paris VIII, St Denis, 2005, p.137

¹⁰ Em dois anos, a UP expropriou quase o dobro de terras do que o governo Frei o fez em seis anos, nacionalizou 150 empresas (incluindo o setor de mineração), obteve o controle de 90% das instituições de crédito, promoveu aumentos dos salários e da renda geral, queda do desemprego, de 8% em dezembro de 1970, para 3% em 1972. Cf. ZIMBALIST, A; STALLINGS, B. Showdown in Chile. *Review of the month*, v. 25, number 5, October 1973, p.1-24.

¹¹ “Comité de Vigilancia: O que é e como funciona.” *Central Única*, mayo de 1971, p.15.

¹² Presidencia de la Republica; Central Única de Trabajadores de Chile. Normas básicas de participación de los trabajadores en las empresas de las áreas social y mixta, mayo 1971, p.1. Archivos Salvador Allende. <http://www.salvador-allende.cl/Unidad_Popular/participacion%20mayo_71.pdf>. Consultado em 16 de junho de 2012.

¹³ Para proceder à requisição/intervenção (nacionalização), os especialistas da UP recorreram a um decreto de 1932 (decreto-lei 520) que conferia ao Estado o direito de requisitar os estabelecimentos paralisados (por exemplo, por um conflito social não resolvido) ou por especulação, em nome da defesa da economia nacional. O decreto foi utilizado pela primeira vez na têxtil *BellaVista Tomé*, fazendo o patronato reagir imediatamente. Em resposta, os trabalhadores tomaram a empresa e bloquearam a produção. Muitas empresas sofreram intervenção e requisição ao mesmo tempo. No que se refere a empresas estrangeiras, o governo buscava meios amigáveis, negociação para transferência de capital. A maioria das empresas da APS foi integrada por meio de mecanismos jurídicos tradicionais, ou seja, pela compra de ações por um organismo estatal (CORFO). Assim, a nacionalização se deu às custas do endividamento do Estado, endividamento que repercutia sobre os trabalhadores. In: GAUDICHAUD, *op cit*, 2005, p.153-156.

¹⁴ ZAPATA, Francisco. *Clases sociales y acción obrera en Chile*. Colegio de México. Centro de Estudios Sociológicos. México, D.F. : El Colegio de México, 1986.

- ¹⁵ “Participación”. *Chile Hoy*, 16-22 de junio de 1972, p.2.
- ¹⁶ “La participación de los trabajadores I.” *Chile Hoy*, n.5, julio de 1972, p.16.
- ¹⁷ “Los interventores también opinan.” *Chile Hoy*, n.8, 4-10 de agosto de 1972. Tradução própria.
- ¹⁸ “La Participación II. Una visión desde las bases.” *Chile Hoy*, n.8, 4-10 de agosto de 1972, p.16.
- ¹⁹ CARO, Ximena. Participación de los trabajadores en la Cia Cervecerias Unidas de Antofagasta. *Memoria para optar al título de asistente social*. Universidad de Chile. Antofagasta, 1973.
- ²⁰ Depoimento de Hugo Valenzuela à autora. Santiago do Chile, 10 de junho de 2009. Tradução própria.
- ²¹ ZIMBALIST, A. Workers control: It's structure under Allende. *Monthly Review*, march 1974, p.39-42.
- ²² Sapo era o termo utilizado para referir-se aos delatores, semelhante ao que denomina-se ‘puxa-saco’ entre os trabalhadores. “La participación de los trabajadores I.” *Chile Hoy*, n.5, julio de 1972, p.16.
- ²³ BITAR, Sergio. *Transición, socialismo y democracia: la experiencia chilena*. Mexico: Siglo Veintiuno editores, 1980, p.268.
- ²⁴ Participación de los trabajadores en la administración de la empresa. *MADECO*, 1973. “Cuenta a los trabajadores: 2 años en el Area Social. *Textil Progreso*, 1973, p.15.
- ²⁵ “La Participación II. Una visión desde las bases.” *Chile Hoy*, n.8, agosto 1972, p.17. Tradução própria.
- ²⁶ “Con proyecto al Congreso el Gobierno se propone estatizar 91 empresas”. *La Prensa*. Santiago, 15 de Enero de 1972, p.5.
- ²⁷ SILVA, M. *op cit*, 1998, p.252.
- ²⁸ “Textiles se toman industrias: resguardar la producción del sabotaje, dice la CUT.” *El Siglo*, Santiago, 25 de mayo 1971; “Los trabajadores de Rayon Said firmes com la nacionalización.” *Central Unica*, Santiago, agosto de 1971.
- ²⁹ *Posición*, año I, n.2. Santiago, 25 de abril de 1972.
- ³⁰ José Cademártori con los militantes comunistas. *La Nación*, 4 de septiembre de 1971.
- ³¹ SILVA, M. *op cit*, 1998, p.73.
- ³² Dentre os argumentos do industrial para a reversão da ocupação da indústria estava o fato de aquela ser uma empresa de médio porte que fornecia peças à Ferrovia do Estado. E, juntamente com a *Maestranza Santa Monica*, muitas fábricas sofreram

intervenção a partir de decretos assinados entre outubro e dezembro de 1971. Para citar algumas: *Industrias del Cobre Indelco*, *Maestranza Santa Monica Maestranza y Carrocería Royal*, *Maderas Monte Verde*, *Pinturas Tecnicas S.A Antecedentes*. *Ministerio del Trabajo*. Libro 2216. Santiago, 22 de septiembre de 1971.

³³ Entre as denúncias de más condições de segurança e higiene no trabalho, podemos citar o caso da fábrica *Aluminios y Enlozados Fantuzzi*, cujo sindicato industrial solicitava ao Ministério do Trabalho a visita de fiscais. “Solicita designación que indica.” *Ministerio del Trabajo*. Libro 4432, 11 junio de 1971, p.504. Também a denúncia dos operários contra a fábrica de tubos de cimento *Bottai Ltda*, citando deficiências de higiene e segurança industrial no local.

³⁴ WINN, P. op cit, 1976, p.76.

³⁵ “Los pirañas’ se liman los dientes con la clase obrera.” *Punto Final*, n.160, 20 de junio de 1972, p.10.

³⁶ Antecedentes de la Industria Textil Grecea. *Ministerio del Trabajo*, Libro 4079, 24 de Julio de 1973. Tradução própria.

³⁷ Em carta encaminhada ao Ministério do trabalho, o empresário alegava que os trabalhadores utilizavam ‘qualquer pequeno problema’ para justificar o rompimento das relações de trabalho e para solicitar ao governo a passagem à APS “sem respeitar os acordos que existem entre a pequena indústria e o governo”. Antecedentes generales sobre situación conflictiva Leymo. *Ministerio del Trabajo*. Libro 4079.

³⁸ A denúncia contra a empresa incluía maus tratos e demissões. Segundo os trabalhadores, os proprietários da livraria costumavam despedir os empregados quando estes completavam seis meses de serviço, “para impedir que se organizassem e conseguissem a unidade dos trabalhadores”. “Hasta cuando tanta sinvergüenza.” *Clarín*, Santiago, julio de 1973, p.4. Tradução própria.

³⁹ O termo momio, que não tem tradução, mas pode ser entendido no sentido de múmia, apareceu no vocabulário em torno dos anos 1960, no momento em que os conflitos políticos e sociais se radicalizaram. Cf. SEGUEL-BOCCARA, Ingrid. *Les passions politiques au Chili durant l’Unité Populaire (1970-1973)*. Essai d’analyse socio-historique. Montreal: L’Harmattan, 1997.

⁴⁰ “Los cambios los hacemos nosotros, los trabajadores.” *El Compañero*, n.II, 1971, p.3.

⁴¹ “Los pirañas’ se liman los dientes con la clase obrera.” *Punto Final*, Año VI, n.160, junio-1972, p.11. Tradução própria.

⁴² Depoimento de Hugo Valenzuela à autora. Santiago do Chile, 10 de junho de 2009. Tradução própria.

⁴³ Ofício, *Ministerio del Trabajo*, Julio de 1971.

⁴⁴ Flor María Valenzuela. *Ultima Hora*, 5 de abril de 1973. In: SILVA, Miguel. *Los Cordones Industriales y el Socialismo desde Abajo*. Santiago, Lizzor, 1998, p.307-308. Tradução própria.

⁴⁵ “Cuenta a los trabajadores: 2 años en el Area Social”. *Textil Progreso*, 1973, p.14.

⁴⁶ *Chile Hoy*, n.8, 4 de agosto de 1972. Encontramos outros exemplos de empresas cujos operários criaram soluções, como em *Antofagasta*, na CCU, em que encontraram soluções para o problema do abastecimento de água para a fábrica e visavam estender o sistema para a população local; na *Socometal*, onde um operário criou peças de reposição, e na *Ferriloza*, onde operários construíram novas máquinas e substituíram peças antes importadas. *El Compañero*, año I, n.11, septiembre de 1972. Tradução própria.

⁴⁷ “Flor de Exito tuvo Festival de la Canción de ex Yarur”. *Clarín*, 30 de agosto de 1972, p.6; “Se construye estadio ex-Sumar”. *CREA de los trabajadores de Ex Yarur*; año I, Enero de 1973, p.1; Primer Festival de la Canción Progreso – Canta – 1971. *Hombrenuevo*, agosto de 1971, p.5.

⁴⁸ “Hombrenuevo...” por Rafael Eugenio Salas. *Hombrenuevo*, agosto de 1971, p.5.

⁴⁹ “Proyecto de reglamento sobre participación de los trabajadores en la dirección de la empresa ‘Madedco’”. Participación de los trabajadores en la administración de la empresa. *MADECO*, 1973.

⁵⁰ Tratava-se de uma fábrica de refrigerantes e outros produtos doces, chamada *Nobi*. Depoimento de Marcel Carrasco à autora. Santiago do Chile, 21 de julho de 2010. Tradução própria.

⁵¹ A recusa operária ao plano do governo foi imediatamente manifestada no jornal *Tarea Urgente*, que constituiu um dos principais veículos de comunicação criados pelos Cordões Industriais. “Plataforma de lucha de los cordones industriales.” *Tarea Urgente*, 25 febrero 1973, p.1.

⁵² A referência à autonomia recobra aqui outro sentido, não enquanto relação de oposição às instituições, mas, sim, enquanto prática social. Trata-se, portanto, de autonomia com relação aos modelos de organização e gestão hierarquizados e centralizadores das decisões e reprodutores das desigualdades, como os modelos capitalistas. Cf. BRUNO, Lúcia. *O que é autonomia operária*. 3.ed, São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.